

RESPOSTA AO RECURSO

REGULAMENTO DA CONSULTA A COMUNIDADE PARA A ESCOLHA DO REITOR(A) E DIRETORES(AS) GERAIS DE CAMPI NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PARA O PERÍODO DE 2018-2022.

Recorrente: Cátia Cilene Farago.

Manifestação da Comissão

Em breve relatório, trata-se de pedido de recurso ao Regulamento Eleitoral do IF Baiano 2018-2022, interposto pelo(a) servidor(a) Cátia Cilene Farago, pelo que se entende, diversas sugestões de adequação do regulamento às necessidades apresentadas.

A Comissão manifesta-se pela tempestividade da interposição e pela resposta ao recurso.

É o breve relatório.

Passa-se à análise das razões do recurso.

De maneira pedagógica, considerando o prévio conhecimento das leis que regem o pleito eleitoral bem como dos regramentos que tangem os servidores federais, avaliaremos os pontos na sequência em que foram apresentados.

Destarte, informamos que a decisão pelo pleito em um ou dois turnos é prerrogativa com CONSUP (o que foi feito estabelecido com a votação unanime de seus membros), conforme o art 3 do decreto 6986\2009.

Art. 3o Compete ao Conselho Superior de cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia deflagrar os processos de consulta a que se refere o art. 2o, e deliberar sobre a realização dos pleitos em turno único ou em dois turnos, com a antecedência mínima de noventa dias do término dos mandatos em curso de Reitor e Diretor-Geral de campus

A posteriori, cumpre informar que o procedimento de desincompatibilização não afasta quaisquer servidores de suas atividades, o que o regulamento estabelece é que os ocupantes de cargos em comissão se afastem de suas funções

comissionadas a fim de não se utilizarem dessas para proveito próprio, como estabelece a lei 8112\90 em seu artigo 117, ademais, não poderia esse regulamento estabelecer regras que contrariem as leis que regem os pretensos candidatos, seja a lei 8112\90 a EBT ou o PCCTAE sob pena de incorrer em vício de ilegalidade por incompetência material.

Em sequência, pleiteia pela possibilidade de mudança do conteúdo da proposta do plano de gestão apresentado, o que entendemos inadequado em face de ser a proposta o veículo de identificação dos candidatos e que sucessivas mudanças podem gerar dúvidas e insegurança nos eleitores.

Quando trata do prazo exíguo, a impugnante desconsidera os regramentos legais que estabelecem o período que deve ocorrer as eleições e o fato de não haver tempo para a prorrogação do período eleitoral. Ao sugerir que se postergue por cinco dias todo o processo, ignora o fato de ser salutar a participação dos discentes no mesmo, o que não aconteceria na hipótese sugerida em face das férias escolares advindas do final do ano letivo.

Continuando, trata do desconhecimento por parte dos candidatos sobre o regulamento eleitoral. Sobre isso, entendemos que o instrumento de informação é o próprio regulamento e que eventuais dúvidas devem ser sanadas diante da Comissão Eleitoral Central, essa é uma das razões de existência dessa Comissão.

Sobre as contradições abordadas no art 25, entendemos plausíveis, embora as informações constem de forma adequada no calendário eleitoral no art 20. Dado o exposto, acolhemos o pleito de adequação do art 25 ante o exposto no art 20.

Sobre a possibilidade de regulamentação de comportamentos fora do âmbito do IF Baiano, entendemos que não compete a esse regulamento, não obstante, existe legislação que trata do tema como o código de ética do servidor público e a própria lei 8112\90 que, uma vez violadas, podem ser aplicadas e sancionar quaisquer que sejam os servidores no âmbito administrativo federal. Ainda Nesse diapasão, sugere a regulamentação dos meios digitais ao mesmo tempo que requer maior liberdade na campanha, sobre o tema entendemos que foi regulamentado aquilo que foi entendido como necessário de ser regulamentado em face de priorizar o espírito democrático, mas sempre condicionados às possibilidades materiais de fazê-lo, ora, existiria mesmo forma de monitorar todos os meios digitais que podem ser usados pelos candidatos? Outrossim, existe a previsibilidade de deliberação dessa comissão diante de casos omissos e caso haja denúncia todas elas serão apuradas e proceder-se-á com as medidas entendidas como cabíveis.

Utilizando-se de uma hermenêutica do caos, elabora diversas interpretações com o objetivo de demonstrar uma fragilidade na coesão do regulamento que não é reconhecida por essa comissão, entendemos que os dizeres são claros e que cabe sim às Comissões deliberar sobre os temas omissos e sobre as organizações em seus *campi* visto que são esses membros escolhidos pela comunidade que conhecem o cotidiano, possibilidade e viabilidades da utilização

dos espaços e do momento que disporá cada candidato, garantindo sempre a igualdade entre os candidatos, que se não ocorrer, pode ser apontada por qualquer interessado. Se não forem esses os que decidirão sobre suas necessidades e possibilidades, quem será?

Proseguindo, solicita a possibilidade de campanha através de adesivos, o que não é proibido pelo regulamento. Ao solicitar que os servidores façam parte desse momento de campanha através da utilização de adesivos e coisas afins, ignora novamente os dizeres da lei 8112\90 que no seu art 117 V proíbe a manifestação de pareço dentro da administração pública, esclarecemos ainda que não podemos estabelecer regras que estejam em dissonância com a legislação vigente por mero casuísmo ou conveniência visto que o papel dessa comissão tem se pautado na isonomia e legalidade.

Sobre a sugestão de suspensão das atividades no período de debates, embora coadunemos com a ideia, informamos que a matéria que foge a competência legal dessa comissão, não obstante, adotaremos a sugestão e encaminharemos a mesma para todos os gabinetes em prol de viabilizar o acesso ao maior número de membros da comunidade.

Sobre a gradação de penalidades, percebemos que padronizar gera um risco enorme em face dos diversos níveis de gravidade de conduta, uma compra de voto, por exemplo, **caberia apenas uma mera advertência** se retirássemos da comissão a capacidade deliberativa sobre essa gravidade. De outro modo, acolhemos o pleito de estabelecer o recurso para as punições se apresentados em até 24 horas, devendo ser feito por e-mail, tal qual a punição, adotamos a sugestão objetivando garantir a ampla defesa e o contraditório.

Por fim, não entendemos razoável o pleito de apresentação de prestação de contas por não dispormos de membros e instrumentos técnicos para realizarem as análises necessárias.

Diante do exposto, acolhemos parcialmente o pleito reconhecendo a procedência dos pedidos nos termos em que seguem, seguidos pela improcedência das outras demandas:

- acolhemos o pleito de estabelecer o recurso para as punições se apresentados em até 24 horas, devendo ser feito por e-mail, tal qual a punição, garantindo a ampla defesa e o contraditório.

- acolhemos as sugestões de adequação do art 25 ante o tratado no art 20

Salvador-BA, em 06 de novembro de 2017

Presidente a	m	Reis
		Eleitoral Central